



Ata Reunião do NDE
Data: 15 de maio de 2025

No décimo quinto dia do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, estiveram reunidos os membros dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) dos cursos de Pedagogia Bilíngue presencial e EaD, além de outros professores que atuam nesses cursos. O professor Mario Missagia, coordenador do curso de pedagogia presencial, iniciou a reunião lendo os pontos de pauta a seguir: Informes, vestibular próprio (presencial) e Atendimento Educacional Especializado. Passando aos informes, Mario Missagia destaca que o mandato do NDE do curso presencial encerra seu mandato em agosto, sendo necessário levar ao colegiado a escolha de novos membros. O coordenador informa ainda que já realizou consulta aos atuais membros do NDE e que as professoras Valéria Campos Muniz e Cristiane Taveira manifestaram desejo de se desligar, os demais professores indicaram interesse em continuar, inclusive a professora Ana Regina Campello. Mario Missagia comunica aos presentes que advertiu a professora da inviabilidade de alteração do dia da reunião de NDE (realizado às quintas feiras) e, como a professora atua neste dia e horário no mestrado, seria inviável seu comparecimento, como foi de praxe em 2024 e nos anos anteriores. A professora Érica Machado propõe a inclusão no regimento do NDE de um limite de faltas para os membros. A professora Claudia Pimentel avalia que o atual horário do NDE é ruim para os professores que atuam no mestrado, pois existem atividades que têm início às 13 horas e outras às 15 horas. Com o NDE começando às 14 horas os professores envolvidos nestas atividades ficariam impedidos de participar. Na compreensão da professora Yrlla Ribeiro iniciar o NDE às 13 horas e encerrá-lo às 15 horas seria improdutivo, pois as discussões realizadas neste núcleo habitualmente se estendem mais de duas horas. Tendo em vista a natureza profunda das discussões, a complexidade dos temas e a necessidade de que todos os agentes envolvidos no processo exponham seu ponto de vista, apenas duas horas não seria suficiente. Desta forma, reservamos dois horários e iniciamos às 14 horas, pois é difícil conseguirmos começar às 13 horas por conta do horário do almoço. Quanto a quinta-feira como dias de reunião do departamento, esta é uma construção iniciada no início da atual gestão. Já foi solicitado ao mestrado que procure incluir a quinta como dia de reunião, mesmo que mantendo as aulas. Caso todos os cursos consigam utilizar os mesmos dias para reunião, toda a organização do departamento ficaria mais fácil e, inclusive, os professores que ocupam representação em algum colegiado já poderiam se organizar para não atuar nestes dias em sala de aula. A professora Aline Lage defende a manutenção de quinta feita, bem como o início pontualmente às 14 horas, como forma de respeito aos professores que cumpriram o combinado e estiveram presentes no horário estabelecido. Superando os informes, Mario Missagia coloca em pauta o vestibular do curso presencial, descrevendo sucintamente o processo de elaboração e aplicação do vestibular 2024/2025 que deu acesso ao curso



presencial. O professor destaca que as provas foram elaboradas em Língua Portuguesa com o apoio de tradutores e intérpretes que atuaram adaptando as questões para que estas fossem de mais fácil compreensão pelos surdos. O professor destaca ainda que as questões foram filmadas em Libras e disponibilizadas em tablets aos alunos, com um vídeo para cada questão. O professor apresenta também o dado de que três alunos surdos iniciaram o primeiro período 2025, dos treze que tentaram o vestibular. As demais vagas foram ocupadas por ouvintes. Por fim, Mario Missagia frisa que os alunos surdos reprovados no ingresso 2024/2025 não passaram na prova de conhecimentos gerais, sendo aprovados na redação todos os alunos aprovados nesta primeira fase do concurso. A professora Heidi Baeck, primeira inscrita para falar, destaca que o modelo de prova foi construído coletivamente no NDE sendo, em seu entendimento, negativo retomarmos as discussões já superadas insistentemente. No entendimento da professora, a nota de corte votada neste NDE seria um exemplo de questão superada. É muito difícil avaliar se este efeito ocorre apenas com o resultado do vestibular, sendo devido aguardarmos mais tempo para que o conjunto dos professores possa perceber a diferença que este expediente traz para o curso. A diretora do DESU, Elizabeth Serra, com a palavra defende que a nota de corte é uma realidade presente em todos os vestibulares. A professora lembra os presentes de que as demais instituições que oferecem cursos semelhantes aos nossos têm processos seletivos semelhantes. Sem a nota de corte, qual o sentido em manter um vestibular? O caminho para combatermos o baixo ingresso de surdos passa por fortalecermos os pré-vestibulares e a divulgação do curso, mas sem perder de vista que os surdos não desejam apenas cursar pedagogia, eles têm desejos de estar em outras áreas. De forma mais geral, há uma luta a ser travada para fortalecer o acesso dos surdos ao ensino superior. A professora Renata Dionísio se questiona se o baixo número de surdos ingressantes ocorreu apenas neste ano ou se é uma tendência? O DEBASI teve alunos aprovados para outros cursos superiores, ao passo que teve alunos reprovados para o DESU. Para entender as causas devemos observar as provas, aplicadas no DEBASI ao longo da formação destes alunos e as demandas de nosso vestibular. Apenas olhar o número de alunos aprovados pode nos levar a uma análise simplista. A professora Maria Inês Azevedo destaca que nenhum aluno surdo ficou reprovado na prova de redação. No entanto, o aperfeiçoamento da prova de conhecimentos gerais é algo natural. Nesta última educação a comissão de ingressos percebeu que deve privilegiar anunciantes mais simples e diretos. O professora Gabriel Lelis, que antes de atuar no INES atuou na UNIFAP, descreve que nesta instituição viu situação similar: poucos surdos para muitos ouvintes. O professor entende que o melhor é lidar com o concurso como se fossem dois vestibulares separados, um para surdos e outro para ouvintes. Outra possibilidade seria considerar as notas do ensino médio no processo de seleção. A professora Heidi Baeck pontua que eventualmente bons alunos não são aprovados em concurso, e que não é possível avaliar o vestibular com base em casos vagos



de alunos que se imagina serem capazes de ser aprovados. A professora Yrlla Ribeiro entende que hoje, em 2025, termos ingressos de 30 surdos é muito mais difícil do que foi no início do curso. Havia uma demanda reprimida por ensino superior em Libras, a qual fomos atendendo ano após ano. No caso concreto do nosso atual concurso, foram apenas treze candidatos, mesmo que todos passassem ainda estaríamos muito longe de preencher as trinta vagas das cotas. Nosso foco atualmente deve estar em formar bons pedagogos bilíngues, para atender aos surdos na educação básica; não podemos esquecer que temos formado alguns alunos - surdos e ouvintes - nos quais não reconhecemos esta condição. A professora defende ainda que o vestibular deve seguir sendo aperfeiçoado, devemos reduzir a contextualização das perguntas, optando por comandos de questão mais diretos. A Professora Rosana Prado defende enfaticamente que a prova não deve ser cortada, mas sim aperfeiçoada. Em seu entendimento, os enunciados devem mudar, de modo a estarem de acordo com a lógica do surdo; a construção da pergunta deve estar em conformidade com o caminho de seu pensamento. Não se trata de reduzir apenas, é necessário manter o conteúdo e alterar a forma. A professora Aline Lage reforça a ideia de que não se trata de melhorar a tradução da prova, mas sim de passar a formular a questão nas duas línguas. A professora afirma que, em suas experiências como pesquisadora, pôde constatar que os surdos não buscam apenas a pedagogia. Para a professora nosso vestibular é um concurso e, portanto, ele tem por função medir. Desta forma não é colocado o desafio de repensar sobre qual a melhor forma de, neste contexto, contemplar as pessoas surdas. Mencionando sua prática como professora, destaca a importância de elaborar as questões em libras e depois pensar na tradução para o português. A Técnica Fátima Furriel afirma que sua compreensão da tradução passa por alinhar a libras ao texto e defende que seja chamada uma pessoa surda para verificar. A tradutora e intérprete defende que há um olhar próprio dos surdos que deve ser considerado na verificação da tradução proposta. A professora Luciane Cruz concorda com a fala da professora Rosana Prado: a prova é fácil e compreensível, mas ela exige muita interpretação de texto, devemos alterar a forma como as perguntas são construídas. A professora afirma que quatro alunos surdos é muito pouco, em especial se considerarmos que os alunos surdos estão sendo aprovados no ENEM. A professora afirma que respeita o trabalho dos TILs envolvidos no vestibular, mas entende também que uma tradução mais expressiva ajudaria e, por esta razão, defende que professores surdos se envolvam na equipe responsável pela prova - inclusive na discussão sobre a redação. A professora Valéria Muniz considera que poderíamos até mesmo abrir mão do vestibular, se adotássemos uma política mais rígida de avaliação nas disciplinas. A professora avalia de forma negativa a qualidade dos pedagogos formados por nosso curso e entende que a prova de vestibular, com nota de corte, é parte do processo de melhoria do nível do curso. A professora Priscilla Cavalcante manifesta seu choque vendo a prova e o resultado: a aprovação de apenas quatro surdos. A professora



defende que os surdos participem da elaboração da prova pois, como surda, entende que o olhar surdo é fundamental. Neste sentido a professora defende que um professor de libras surdo valide a prova e a tradução. A professora Heidi Baeck, próxima inscrita, afirma que a comissão de ingresso está aberta à participação de todos, com reuniões todas às terças feiras às 14 horas. A professora entende ainda que, se os surdos estão passando no ENEM com mais facilidade que em nosso vestibular próprio, poderíamos adotar o ENEM/SISU como forma de ingresso. O professor Mario Missagia se posiciona contrário a validação da prova e defende que os surdos participem do processo. As professoras Yrlla Ribeiro e Elizabeth Serra, entre outros, se manifestam de forma semelhante. A professora Renata Dionísio destaca que o desafio passa pela construção do texto, sendo necessário que um professor surdo compreenda o objetivo da questão para que ele possa contribuir com a formulação de seu enunciado. **Passando aos encaminhamentos, Mario Missagia propõe que, em duplas, os professores surdos e os professores ouvintes que já elaboraram as questões da prova reelaborem os enunciados. A professora Elizabeth Serra pede a palavra e defende que cada área da prova de conhecimentos gerais tenha a participação de um professor surdos. A professora Yrlla Ribeiro destaca a possibilidade de, além de colaborar na elaboração dos enunciados, os professores surdos colaborem com as demais etapas da prova. Neste caso quatro professores surdos atuariam na elaboração dos enunciados e dois na prova de Libras. Os presentes concordaram com a proposta por unanimidade. São destacados os nomes dos professores surdos a seguir: Gabriel Lelis para a área de história, Luciane Cruz para matemática, Priscilla Cavalcante para a área de Língua Portuguesa e Erick Rommel para a área de biologia. Mônica e Simone deveriam atuar na prova de Libras.** Superado este ponto, Mario Missagia coloca em pauta o ponto seguinte, o atendimento educacional especializado (AEE), e passa a professora Rosana Prado. A professora responsável pelo AEE destaca que a publicação desta portaria foi uma grande vitória pois, mesmo sendo previsto por lei, é incomum haver este serviço nas universidades havendo, no máximo, núcleos de acessibilidade. Sendo o objetivo do AEE dar autonomia, seu papel no ensino superior, frequentado por adultos, não poderia se afastar dessa finalidade. A professora destaca também que sendo nossa instituição própria para surdos, esta condição não configura motivo para um aluno ser encaminhado ao AEE, ainda que a defasagem linguística, por vezes decorrente da surdez, possa sim configurar. A professora destaca que a primeira ação do AEE será avaliar os alunos. Para tal, será enviada ficha aos professores e, a partir desta, o AEE identifica os alunos que devem ser acompanhados. Este acompanhamento é pedagógico fundamentalmente, sendo tarefa deste serviço pensar como contribuir para o processo de ensino e aprendizagem de alunos que, por questões outras que não a surdez, demandam estratégias específicas. Cabe ao AEE atuar sobre o fator que limita a autonomia do estudante, buscando que este aprenda a lidar com suas questões e contribuindo



para que as dinâmicas de sala de aula passem a contemplar as especificidades deste alunos. Rosana Prado enfatiza o cuidado que deve ser tomado para não criar situações de constrangimento aos alunos atendidos pelo AEE, seja no momento de sua indicação, seja na vivência do atendimento. Todo o esforço do AEE em atuar sobre as demandas individuais destes alunos não pode se confundir com adaptação curricular, uma vez que o ensino superior não permite terminalidade específica. A exigência aos alunos do AEE e aos demais alunos deve ser idêntica, a diferença deve se fazer presente nos recursos e estratégias que atuam no sentido de promover a igualdade entre os alunos que, por questões diversas, não conseguem se colocar diante da escola na mesma condição dos demais. Finalizando sua fala, a Rosana Prado destaca o pioneirismo deste espaço e seu caráter pedagógico, o que abre inclusive a possibilidade para a prática da monitoria, de extensão e da pesquisa. A professora Aline Xavier vê o papel dos professores como fundamental na indicação dos alunos para o AEE, bem como na quebra do estigma associado ao atendimento educacional especializado. A professora Renata Dionísio vê nos monitores das diversas disciplinas aliados dos professores a aproximação dos alunos que têm demandas de AEE, bem como em um monitor de AEE uma referência importante para os demais alunos. A professora defende ainda que o público do AEE não tenha prazo de jubileamento. Aline Lage defende o valor da experiência pioneira que temos em curso, sendo ela de grande potencial para o desdobramento do atendimento pedagógico a alunos de ensino superior mesmo em outros espaços. Sem mais pontos de pauta, Mario Missagia encerra a reunião às dezessete horas e vinte minutos. O professor sinaliza que estiveram presentes os seguintes membros do NDE: Professora Maria Inês Azevedo, Aline Xavier, Erick Rommel, Rosana Prado, Tania Chalhub, Priscilla Cavalcante, Elizabeth Serra, Heidi Beck e Valéria Muniz. A professora Maria Carmen Euler encontra-se afastada para pós-doc. A presente ata foi lavrada pelo Professor Mario Missagia.

Mario Missagia

Membros do NDE presentes na reunião que concordam com a presente ata:

Erick Rommel: _____

Tania Chalhub: _____

Priscilla Cavalcante _____



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR



Aline Xavier _____

Elizabeth Serra _____

Maria Inês Azevedo _____

Heidi Baeck _____

Valéria Muniz _____

Rosana Prado _____